

ARTIGOS LIVRES

Ensino de História da África no Brasil: possibilidades didáticas a partir das Histórias em Quadrinhos “Angola Janga” e “Cumbe”¹

Comics and Anti-Racist Education: Teaching African History in Brazilian Classrooms through Angola Janga and Cumbe

Flávia Santos Arielo (fsarielo@uem.br)

Doutora em Ciência da Religião. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Gabriela Ferreira Lima (gabrielaferreiralima@estudante.ufscar.com)

Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)²

Resumo

Este artigo analisa a aplicabilidade e os benefícios do uso de histórias em quadrinhos (HQs) como recurso didático no ensino de História da África no Ensino Médio, com foco nas obras *Angola Janga* (2017) e *Cumbe* (2014), de Marcelo D’Salete. As HQs foram tratadas como fontes históricas de pesquisa, e a metodologia adotada baseou-se em revisão bibliográfica, com suporte teórico sobre a historiografia africana e os desafios da educação antirracista no Brasil. A proposta consistiu em investigar de que maneira as HQs podem contribuir para a construção de uma aprendizagem crítica, significativa e sensível às questões étnico-raciais. Foram ainda analisados materiais didáticos oficiais da rede pública paulista e aplicada uma consulta a estudantes de duas escolas estaduais na cidade de Bauru-SP. Os resultados indicam que, embora presentes nas escolas, seu uso ainda é limitado, evidenciando a necessidade de formação docente para práticas que valorizem narrativas visuais, diversidade e abordagens plurais da história afro-brasileira.

82

Palavras-chave: Ensino de História da África; Ensino Médio; Histórias em quadrinhos; Práticas pedagógicas.

Abstract

This article examines the pedagogical potential of comic books in the teaching of African History in Brazilian high schools, with a focus on *Angola Janga* and *Cumbe* by Marcelo D’Salete. Framed as historical sources, these comics are analyzed through bibliographic research grounded in African historiography and antiracist education. The study explores how comics can foster critical, meaningful, and ethnically responsive learning. Analysis of official teaching materials and student feedback from two public schools in the city of Bauru, state of São Paulo, reveals limited classroom use, underscoring the need for teacher training and broader adoption of visual and plural narratives in Afro-Brazilian historical education.

¹ O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de PIBIC-EM desenvolvida durante os anos de 2021 e 2022.

² Bolsista Capes.

Keywords: African History Teaching; Comics; Cultural Diversity; High School; Pedagogical Practices; Racism in Education.

Introdução

As histórias em quadrinhos (HQs), surgidas no contexto da cultura de massa no final do século XIX, consolidaram-se como linguagem híbrida que articula texto e imagem. Embora historicamente marginalizadas por discursos pedagógicos que as associavam à alienação, violência e ao empobrecimento cultural (Gonçalo, 2004), seu potencial educativo tem sido cada vez mais reconhecido e atualmente se transformaram num campo específico de linguagem e debate, com altas tiragens e grande variedade de temas (Vergueiro, 2005). Mais do que mero entretenimento, as HQs oferecem recursos narrativos e visuais capazes de promover a mediação crítica do conhecimento, sobretudo em abordagens interdisciplinares (Hamze, 2008).

Ao tratar especificamente do campo histórico, José D'Assunção Barros (2023) ressalta a possibilidade e importância da utilização das HQs em seis relações: como agente, objeto, fonte, representação, recurso didático e inspiração interdisciplinar. Todas estas relações estipuladas pelo autor são relevantes para o presente estudo, mas tomamos como principais àquelas voltadas para o ensino e para a representação histórica, visto que, “as HQs também podem contribuir para a História com recursos particularmente úteis para o seu ensino, ou mesmo como inspiração interdisciplinar capaz de ajudar a renovar a própria História enquanto campo de saber” (Barros, 2023, p. 405).

No que se refere à relação entre as HQs e o universo acadêmico, é possível afirmar que houve um crescimento expressivo de pesquisas que tangem a temática, principalmente nas áreas de Letras, Literatura e História. Isso é evidenciado pelos pesquisadores Victor Callari e Karoline Kunieda Gentil (2016), os quais apresentam um panorama estatístico das pesquisas sobre Histórias em Quadrinhos nas universidades estaduais e federais brasileiras, com foco especial na área de História, entre 1970 e 2014. Os autores confirmam um crescente interesse pelas HQs no Brasil, dentro e fora da academia, gerado por diferentes fatores, tais como as transformações no próprio mercado das HQs e incentivos governamentais na inclusão de quadrinhos nas listas do Plano Nacional Biblioteca Escola (Callari; Gentil, 2016, p. 11). O estudo reforça que o aumento no número de pesquisas em HQs é um indício do crescente interesse da sociedade e do

desaparecimento do preconceito³ que as associava a formas descartáveis de conhecimento, refletindo-se diretamente no avanço acadêmico nas décadas de 2000 e 2010.

Relativo ao ensino de História da África, apesar da obrigatoriedade legal instituída pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, ele permanece, grande medida, negligenciado nas escolas brasileiras, especialmente no Ensino Médio. Essa lacuna revela a persistência de uma matriz curricular de orientação eurocêntrica, que marginaliza narrativas e epistemologias africanas. A abordagem sistemática da história do continente africano é fundamental não apenas para a superação de estereótipos, mas também para a compreensão da formação social, política e cultural do Brasil. Reconhecer a centralidade da presença africana na constituição da identidade brasileira é um passo decisivo na construção de uma educação plural. Como ressaltam Carlos Serrano e Maurício Waldman: “Tal lacuna é evidente tanto na ausência pura e simples de uma visão realista sobre o continente quanto no seu desdobramento direto na persistência de uma visão estereotipada e preconceituosamente impingida, sem maiores delongas, à África” (Serrano; Waldman, 2010, p. 11).

84

De acordo com Nilma Lino Gomes (2007), a África e os negros brasileiros são vistos de forma estereotipada, e, por muitas vezes, animalizada. Tais imagens vêm à mente de formas isoladas e desconectadas da ampla discussão em torno do contexto político, cultural e histórico, afirmando que o estudo da África, tanto no passado quanto no presente, a partir de uma perspectiva histórica, cultural, política e geográfica, poderá contribuir para a superação do racismo. Ki-Zerbo (2010, p. 32) defende a necessidade da reescrita da história da África, visto que “até o presente momento, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse”.

Neste contexto, o presente artigo toma como objeto de análise as histórias em quadrinhos *Angola Janga: uma história de Palmares* (2017) e *Cumbe* (2014), ambas de autoria do quadrinista e professor Marcelo D'Salete. A primeira obra oferece uma narrativa densamente documentada sobre os últimos anos do Quilombo dos Palmares⁴, destacando figuras históricas e dinâmicas

³ Importante salientar a recente polêmica ocorrida no mês de junho de 2025, envolvendo uma declaração do ator e humorista João Vicente de Castro, ao afirmar que adultos não deveriam se interessar por quadrinhos, por se tratar de uma mídia "infantil". A fala foi amplamente criticada por pesquisadores da área das HQ's.

⁴ De acordo com Flávio Gomes (2011, p. 13), o Quilombo dos Palmares foi a mais famosa e maior comunidade de escravizados fugitivos do Brasil colonial, localizada entre os estados de Alagoas e Pernambuco.

internas de resistência. Já *Cumbe* apresenta quatro narrativas ambientadas no período colonial brasileiro, nas quais o protagonismo é conferido a indivíduos escravizados que resistem às violências impostas pelo sistema escravista. As duas HQs, ao abordarem o passado escravocrata por meio de uma linguagem gráfica potente e rigorosa, configuram-se como materiais didáticos capazes de tensionar visões estereotipadas tanto sobre a história da África quanto sobre a própria legitimidade das histórias em quadrinhos no espaço escolar.

Assim, essa proposta tem como finalidade central discutir a aplicabilidade e os efeitos do uso de HQs no ensino de História da África no Ensino Médio, refletindo criticamente sobre os desafios e potencialidades desta abordagem. Além disso, busca problematizar os limites do ensino tradicional, examinar o tratamento da temática nos materiais didáticos utilizados na rede pública paulista⁵ e fomentar a formação de um olhar crítico por parte dos estudantes, especialmente no que se refere às permanências e rupturas históricas relacionadas ao racismo, à escravidão e à exclusão da população negra no Brasil, reforçando a importância das fontes escolhidas, pois:

[...] quando a realidade histórica abordada pelo quadrinista – seja para elaborar uma narrativa mais propriamente historiográfica, seja para desenvolver uma ficção sobre fundo histórico, ou ainda quaisquer dos outros tipos de representação historiográfica que acabamos de comentar – tem-se a possibilidade adicional de que a realização-HQ dialogue com o Tempo Presente (Barros, 2023, p. 412).

85

As HQs

Marcelo D'Saete é quadrinista, ilustrador e professor, graduado em design gráfico e mestre em Artes Plásticas. Sua produção artística tem se destacado pela abordagem crítica da história da escravidão no Brasil, com forte compromisso historiográfico e estético. Em 2014, publicou *Cumbe*⁶ (Figura 1), obra composta por quatro narrativas ambientadas no período colonial brasileiro, centradas na resistência negra ao regime escravista. As histórias retratam, com intensidade simbólica e narrativa visual, episódios de violência, fuga e rebelião, enfatizando o desejo de liberdade e a recusa à submissão. O uso reduzido de diálogos e a predominância de imagens de forte carga expressiva reforçam a dimensão subjetiva da opressão, conferindo à HQ uma densidade

⁵ A seleção do material da rede pública do Estado de São Paulo se deu através da participação direta de um estudante do Ensino Médio do Colégio Luiz Zuiani, de Bauru-SP, integrante e bolsista da pesquisa de PIBIC-EM que resultou neste levantamento de dados e subsequente artigo. O material didático era de uso diário do estudante, portanto de fácil acesso aos pesquisadores.

⁶ A obra ganhou os seguintes prêmios: Eisner Awards 2018 (Run for it, Fantagraphics, 2017); Prêmio HQMIX 2019 - Destaque internacional.

visual que evoca o trauma e a insurgência. Cada capítulo de *Cumbe*⁷ traz à tona revoltas protagonizadas por africanos escravizados, revelando não apenas a brutalidade do sistema escravista, mas também aspectos culturais e cosmológicos desses sujeitos históricos. A construção da resistência é apresentada de forma não idealizada, mas comprometida com a verossimilhança histórica, ancorada em amplo levantamento bibliográfico. A esperança, enquanto motor da resistência, é tematizada como elemento fundamental para a insurgência, num contexto de violência contínua.

Já em *Angola Janga: uma história de Palmares* (2017)⁸ (Figura 2), D'Saete reconstrói ficcionalmente os últimos anos do Quilombo dos Palmares — reconhecido como o maior polo de resistência negra no Brasil colonial. A obra explora os conflitos políticos e culturais que marcaram o cotidiano dos mocambos⁹ entre o final do século XVI e o início do século XVIII, evidenciando estratégias de sobrevivência, articulações entre os quilombolas e tentativas de negociação com a Coroa portuguesa. Ao longo da narrativa, destacam-se as fugas em direção aos quilombos, os embates violentos contra senhores de engenho e a complexa organização social interna dos grupos insurgentes. Nas duas obras, o silêncio gráfico — marcado pela ausência proposital de falas em diversos quadros — opera como recurso narrativo para transmitir a tensão, o medo e o peso da opressão. Esse silenciamento visual não apenas dramatiza a ausência de liberdade, mas também expressa, de forma potente, a violência do sistema escravista por meio da linguagem do não dito.

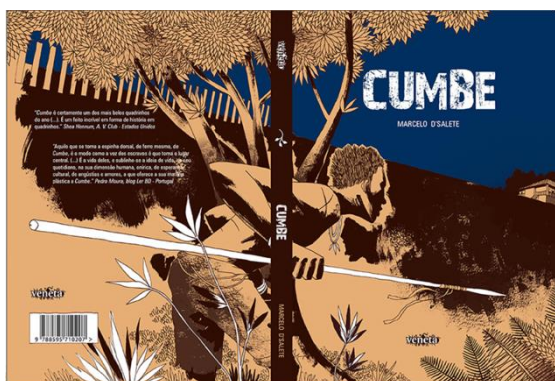
Ressaltamos que a escolha dessas obras se deu pelo recorte da temática da escravização dos africanos no Brasil colonial e por sua relevância estética e conceitual, mas faz-se importante pontuar a existência de diversas obras que também fazem o significativo papel publicizar a história africana e afro-brasileira na atualidade, tais como *Contos dos Orixás* (2013), de Hugo Canuto; *Estados Unidos da África* (2024), de Anderson Shon e Daniel Cesart, e *Campo de Mandinga* (2024), de Felipe Maldonado.

⁷ Segundo Nei Lopes (2006), a palavra tem origem no quimbundo kumbi, equivalente à língua umbundo ekumbi: “sol”.

⁸ A obra recebeu os seguintes prêmios: Prêmio Jabuti 2018 - categoria quadrinhos; Prêmio Grampo Ouro 2018; Prêmio HQMIX 2018 - desenhista, roteirista, destaque internacional e edição especial nacional; Rudolph Dirks Award 2019 - Roteiro América do Sul.

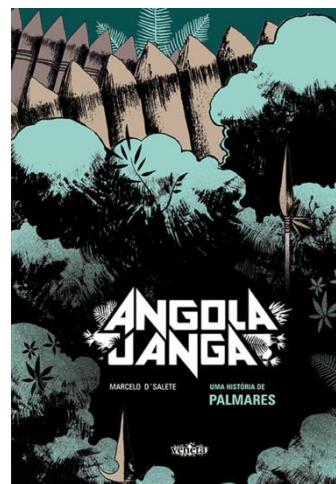
⁹ De acordo com Nei Lopes (1988), a palavra “mocambo” teria origem do termo quicongo mukambu, significando “cumeieira, telheiro em alusão à principal característica do tipo de habitação: o telhado de palha”. Assim era como se nomeavam os locais onde encontravam-se os negros fugitivos, sendo também um termo utilizado por autoridades até o século XVII, posteriormente sendo substituído pela expressão quilombo.

Figura 1 – Capa e contracapa da HQ *Cumbe*.



Fonte: Site oficial do autor Marcelo D'Saete

Figura 2 – Capa da HQ *Angola Janga*



Fonte: Site oficial do autor Marcelo D'Saete

87

1. Contexto histórico das HQs

No contexto da colonização portuguesa no século XVI, a ocupação do território brasileiro estruturou-se inicialmente em torno da extração do pau-brasil e, posteriormente, da implantação do complexo agroexportador açucareiro. A economia dos engenhos de açúcar baseava-se na exploração de mão de obra escravizada, inicialmente indígena e, em seguida, majoritariamente africana. Milhões de homens, mulheres e crianças foram capturados em diversas regiões do continente africano — especialmente nos territórios que hoje correspondem à atual Angola e à República Democrática do Congo — e transportados forçadamente para as Américas por meio do tráfico atlântico a bordo dos navios negreiros¹⁰.

¹⁰ Segundo Jaime Rodrigues (2018), no Dicionário de escravidão e liberdade, organizado por Lília Moritz Schwarcz e Flávio Gomes, o ato de embarcar em um navio negreiro, para os africanos, era algo para motivo de pânico, uma vez que eles acreditavam que seriam mortos depois de toda a travessia.

O principal ponto de chegada desses indivíduos no Brasil era o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro (Figura 3), considerado o mais relevante entreposto negreiro do Império durante o auge do tráfico africano. De acordo com o *Dicionário da escravidão e liberdade*, o Valongo foi “o mais importante entreposto negreiro na cidade na época de intenso tráfico de escravos africanos no país” (Soares, 2018, p. 499). A estrutura do complexo incluía mercados de escravizados e também o chamado Cemitério dos Pretos Novos, onde eram enterrados aqueles que não resistiam à travessia transatlântica. Os navios negreiros, também denominados *tumbeiros*, apresentavam altíssimas taxas de mortalidade, decorrentes das precárias condições sanitárias, da fome, das doenças e dos maus-tratos (Figura 4).

No interior dos engenhos coloniais, a organização do trabalho escravizado não era homogênea. Segundo Stuart B. Schwartz, em sua obra *Escravos, roceiros e rebeldes* (2001), existia um sistema interno de quotas que estruturava uma forma específica de hierarquização entre os cativos. Esse arranjo, ainda que limitado e inserido em um contexto de exploração extrema, oferecia algumas possibilidades de mobilidade relativa entre os escravizados, criando uma diferenciação funcional nos papéis desempenhados dentro da lógica produtiva do engenho. Como aponta o autor: “Escravos especializados – caldeiros, mestres, carpinteiros, purgadores, supervisores e mestres de açúcar – criaram essa divisão social tanto semelhante quanto reforçada por uma hierarquia de cor ou categorias raciais” (Schwartz, 2001, p. 96).

Figura 3 - Mercado de escravizados

Figura 4 - Navio negreiro



Fonte: Marcelo D'Saete (2014, p. 106)



Fonte: Marcelo D'Saete (2017, p. 115)

Ainda que houvesse um sistema de favorecimento, a violência era constante por parte dos senhores para com os escravizados, com a aplicação contínua de castigos, sendo uma das punições mais frequentes o açoitamento. O padre jesuíta André João Antonil afirmava que no trato dos senhores para com os escravizados seria necessária a aplicação da regra dos três pês: pano (roupa), pão (comida) e pau (castigo), como exposto a seguir:

O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo. (Antonil, 2011, p. 111)

A violência física constituía um dos pilares do sistema escravista brasileiro, sendo exercida por meio de diversos instrumentos de repressão e tortura. Para além do uso sistemático do açoite, recorriam-se a dispositivos como máscaras de folha de flandres — que impediam a alimentação dos cativos —, coleiras metálicas que causavam ferimentos no pescoço e o chamado *sumidouro*, um poço profundo utilizado para ocultar os corpos de escravizados assassinados. Segundo Clóvis Moura (2004, p. 382), esse local era descrito como “o lugar onde se dava sumiço aos escravos rebeldes, que mereciam por isso a pena de morte”, operando como dispositivo extremo de silenciamento e punição.

Apesar da brutalidade do regime, os escravizados resistiram ativamente ao longo dos séculos XVI e XVII, organizando formas diversas de enfrentamento, entre elas as fugas, as rebeliões e a construção de redes de solidariedade. Conforme destaca Schwartz (2001, p. 219), “a resistência dos escravos, o medo de suas rebeliões e o problema das fugas atormentava os colonos e administradores coloniais”. Entre as estratégias mais significativas, as fugas deram origem à formação de comunidades autônomas conhecidas como mocambos ou quilombos, que se multiplicaram por diversas regiões da colônia.

A primeira referência documental ao Quilombo dos Palmares remonta ao final do século XVI, quando se registraram episódios de fuga na região da Serra da Barriga — atual estado de Alagoas, então pertencente à Capitania de Pernambuco. A invasão holandesa em Pernambuco (1630–1654) desestabilizou profundamente os engenhos da região, favorecendo o deslocamento de cativos fugitivos e a consolidação de Palmares como polo de resistência. Esse conjunto de mocambos passou a ser denominado pelos próprios habitantes como *Angola Janga*, expressão que, segundo Clóvis Moura (2004), deriva do quimbundo e significa *Pequena Angola*. Nei Lopes (2006), por sua vez, indica que o termo possui origem em outras línguas banto e pode ser compreendido como *Minha Angola* evocando vínculos identitários e territoriais com o continente africano.

90

Ao longo do século XVII ocorreram inúmeras invasões organizadas pelo poder colonial contra os mocambos da Serra das Barriga. Conforme explicitado por Stuart Schwartz (2001), foram tomadas diferentes medidas antimocambo, com a institucionalização de recompensas para aqueles que capturassem um fugitivo. O grupo de soldados negros, denominado Terço dos Henriques, que atuou contra os holandeses, passou a fazer parte das invasões contra Palmares. Tais invasões contaram com o “uso planejado de índios como caçadores de escravos” (Schwartz, 2001, p. 231). De acordo com o autor: “No século XVI, os senhores de engenho e os capitães donatários absenteístas procuravam transferir os índios do interior para servirem como força de defesa contra possíveis levantes escravos” (Schwartz, 2001, p. 231).

Apesar das invasões e da destruição do Quilombo de Palmares, seu legado permaneceu, assim como as tradições e costumes culturais advindos dos povos africanos que foram trazidos para

o Brasil. Neste legado, a existência e a importância do referido local podem ser discutidas por meio das histórias em quadrinhos, que constituem as principais fontes desta análise.

2. Cumbe, Angola Janga e a História

Durante grande parte da história brasileira, a experiência dos africanos escravizados e de seus descendentes foi silenciada ou marginalizada nas representações artísticas e culturais — e os quadrinhos, enquanto linguagem narrativa e visual, não estiveram à margem dessa omissão. No entanto, a promulgação da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, representou um marco legal importante ao tornar obrigatória a inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica. Essa medida tem fomentado, nos últimos anos, a produção e a circulação de materiais que buscam problematizar o racismo estrutural e propor abordagens didáticas mais inclusivas e críticas.

Entre esses esforços destaca-se a publicação da coleção *História Geral da África: a História que Precisa Ser Contada*, organizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), em 2010. Essa obra, considerada um divisor de águas na historiografia africana no Brasil, rompe com a tradição eurocêntrica que por séculos reduziu a África à condição de periferia histórica. Ao reposicionar o continente como sujeito ativo da história global, a coleção tornou-se uma referência para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

A valorização crescente da história afro-brasileira também tem repercutido no campo dos quadrinhos. As obras de Marcelo D'Saete, aqui analisadas, exemplificam essa renovação crítica. Reconhecidas por diversos prêmios nacionais e internacionais, essas HQs apresentam narrativas densamente embasadas, resultado de mais de uma década de pesquisa por parte do autor. Longe de qualquer romantização, os traços e silêncios das obras dialogam com uma estética da resistência e da memória, ancorada em documentação histórica, análise historiográfica e rigor conceitual. O esforço de contextualização pode ser observado, inclusive, nos glossários presentes ao final de cada volume, que auxiliam o leitor a compreender termos e conceitos fundamentais do período retratado.

Como observa Stuart B. Schwartz (2001), a documentação histórica sobre o Quilombo dos Palmares — contexto central de *Angola Janga* (2017) — revela uma complexidade política e

cultural que desafia os estereótipos frequentemente atribuídos às populações quilombolas, também “não é extensa e se concentra, em geral, na última década de sua existência e na destruição final. Por conseguinte, muito ainda permanece desconhecido, mas isso não impede que procurem escrever sua história ou romantizá-la como uma “Tróia Negra” ou uma “república”” (Schwartz, 2001, p. 250). Ao reconstituir esse universo com base em fontes históricas e imaginário gráfico, D’Salete contribui para reinscrever a história negra no centro do debate educacional e cultural contemporâneo.

Marcelo D’Salete constrói suas narrativas com base em ampla pesquisa historiográfica, buscando representar os acontecimentos com o máximo de fidelidade possível às fontes disponíveis. No entanto, seu trabalho não se pretende uma restituição objetiva da história, mas sim uma leitura interpretativa que articula dados documentais e imaginação crítica. Em nota presente ao final de *Angola Janga: uma história de Palmares* (2017), o autor ressalta: “não é “a” história de Palmares. Mas “uma” de Palmares. Uma possibilidade de interpretar e reimaginar fatos. Há diversos modos de abordar o conflito. Os dados históricos são pistas, indícios, que podem ajudar a caminhar por aquela picada em mata fechada” (D’Salete, 2017, p. 419).

Essa declaração explicita o posicionamento autoral de D’Salete, ao reconhecer os limites da representação histórica e ao reivindicar a potência da linguagem gráfica como ferramenta de reinterpretação do passado. A construção narrativa de *Angola Janga* explicita escolhas políticas e historiográficas, como a opção por apresentar duas das principais hipóteses debatidas na historiografia acerca da figura de Zumbi dos Palmares¹¹. Uma delas, difundida por Décio Freitas (1982), sugere que Zumbi teria sido criado por um padre, Antônio Melo, que o batizou com o nome de Francisco e o educou com vistas a torná-lo coroinha, antes de sua fuga e retorno à Serra da Barriga.

Outra hipótese, também abordada na obra, discute a possibilidade de existência de formas de escravidão interna dentro do próprio Quilombo dos Palmares — tema complexo e debatido por estudiosos, e cuja presença na narrativa reforça o compromisso de D’Salete com uma abordagem crítica e não idealizada do passado. A inserção dessas questões tensiona o imaginário tradicional

¹¹ De acordo com Nei Lopes (2006), o termo zumbi provém do quimbundo nzumbi, espírito. Zumbi dos Palmares foi o último líder do quilombo de Palmares.

sobre a figura de Zumbi e sobre Palmares, contribuindo para uma leitura mais complexa e politicamente informada da resistência quilombola.

D'Salete ressalta o aspecto contraditório que havia entre os próprios negros em relação a figura do capitão-do mato, posição que, segundo Schwartz (2001, p. 230), “quase sempre atraía indivíduos de certa forma marginais, ex-escravos e mestiços libertos, olhados com desconfiança pelos senhores e odiados pelos escravos”. O quadrinho também retrata a expedição em direção ao Quilombo dos Palmares que tinham como objetivo destruir os mocambos da região.

Em *Cumbe*, o ilustrador consegue produzir uma obra profunda, ampliando uma visualização panorâmica do que foi a escravidão e apresentando a perspectiva de indivíduos que estavam ali subjugados. A obra difunde a narrativa dos escravizados de forma central, levando o leitor a perceber essas pessoas como indivíduos de luta, resistência e força.

A HQ retrata também os costumes do povo Banto, o linguajar e tradições religiosas, representando uma rica ambientação e expondo as práticas de violência contra os escravizados no período. Apesar de não narrar um episódio histórico em específico, *Cumbe* apresenta quatro histórias diferentes que retratam o cotidiano dos escravizados no Brasil nos cenários dos engenhos, canaviais, assim como a organização das fugas e revoltas, assim como o ambiente interno da casa dos senhores.

Tais obras fictícias mostram-se de grande importância a partir do momento em que tornam públicas essas histórias, resgatando a memória de povos que foram escravizados por cerca de 400 anos. Dessa forma, o autor demonstra o papel significativo da ficção, enfatizando que “é a partir dela que podemos transpor muros e acessar, pela poesia e arte, aqueles homens e mulheres” (D'Salete, 2017, p. 419).

Materiais e métodos

Com o intuito de avaliar a percepção dos estudantes sobre o uso de histórias em quadrinhos no ensino de História, foi aplicado um questionário a estudantes do Ensino Médio de duas escolas públicas do estado de São Paulo. O público-alvo foram adolescentes entre 14 e 18 anos, alunos regulares das escolas selecionadas, que cursam o Ensino Médio – 1º, 2º e 3º colegial. O questionário

foi elaborado de forma digital pelo *Google Forms*, e divulgado em sala de aula pelo aluno de Ensino Médio e pesquisador do PIBIC-EM, assim como pela aluna colaboradora e graduanda do curso de História do Centro Universitário Sagrado Coração - Unisagrado (Bauru-SP). A previsão inicial era de alcançar até 120 participantes; no entanto, em virtude de entraves burocráticos — como o tempo de aprovação pelo comitê de ética e os trâmites internos das escolas —, a amostra efetiva ficou restrita a 28 estudantes.

O questionário elaborado foi dividido em duas partes, cada qual contendo oito perguntas, somando-se dezesseis perguntas no total, sendo dessas apenas quatro questões de resposta aberta e o restante de resposta fechada. A primeira parte teve como objetivo explicitar a relação do público-alvo com a leitura de HQ's em geral e a relação destas para com o ensino de História. Já na segunda parte, o alvo foi especificamente o ensino de História da África e qual o conhecimento dos alunos acerca deste assunto. Neste ponto também foi perguntado ao público-alvo o conhecimento ou desconhecimento sobre as HQ's *Cumbe* e *Angola Janga*, fontes desta pesquisa.

Tendo em vista a faixa etária do público-alvo, o seguinte percurso foi necessário para que o questionário fosse respondido:

- Em primeiro lugar, tanto o aluno pesquisador de ensino médio quanto a colaboradora graduanda em História conversaram presencialmente com cada uma das turmas sobre a pesquisa, apresentando-a em seus objetivos e metodologias.
- Em seguida, os pesquisadores distribuíram as duas vias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) para que os alunos menores de 18 anos entregassem a seus responsáveis. Também foi distribuído o Termo de Assentimento Livre Esclarecido (TALE) para que os alunos assinassem, e posteriormente fosse entregue juntamente com o TCLE assinado pelos responsáveis. Alunos maiores de 18 anos receberam o TCLE que pôde ser assinado no mesmo momento da entrega.
- Somente após o recebimento de todos os termos devidamente assinados os alunos tiveram acesso ao questionário, disponível no seguinte link: <https://forms.gle/jNwB26Y5WWWEoLd89> e dispenderam cerca de 15 minutos para respondê-lo.

3. As HQs na aprendizagem de História segundo estudantes do Ensino Médio: resultados do questionário

Entre os respondentes, 12 tinham 15 anos, 8 tinham 16 anos e outros 8 estavam na faixa dos 17 a 18 anos. Quanto à identidade de gênero, 22 estudantes se identificaram como do gênero feminino, 6 como masculino e 2 preferiram não declarar. Em termos de escolaridade, 15 estudantes estavam matriculados no 1º ano do Ensino Médio, 8 no 2º ano e 5 no 3º ano.

No que diz respeito aos hábitos de leitura, 20 estudantes afirmaram ler entre 1 e 7 livros por ano; 5 disseram ler entre 10 e 20 livros; e 3 relataram não realizar leitura de livros. Sobre o contato com histórias em quadrinhos, 22 estudantes indicaram já ter lido HQs, enquanto 6 afirmaram não ter tido esse tipo de experiência. Dentre os leitores de HQs, 16 relataram ter lido até 5 obras no último ano, 5 leram até 10, e 2 estudantes afirmaram ter lido 16 ou mais. Cinco estudantes não responderam a essa pergunta.

Questionados sobre a eficácia das HQs no ensino de História, 27 estudantes manifestaram-se favoráveis, argumentando que os quadrinhos tornam o aprendizado mais leve, acessível e dinâmico. Entre as justificativas mais recorrentes estavam: a maior facilidade de compreensão, o caráter lúdico e o estímulo ao interesse pelas temáticas abordadas.

No tocante ao ensino de História da África, 11 estudantes afirmaram nunca ter tido aulas sobre o tema, enquanto 17 indicaram ter tido algum contato com a temática. Quando solicitados a identificar os conteúdos abordados, mencionaram tópicos como manifestações culturais, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), clima, impacto do imperialismo, fome, religião e aspectos geográficos. No entanto, 9 desses estudantes admitiram não se lembrar com clareza do conteúdo estudado.

A respeito do conhecimento sobre os marcos legais e curriculares que orientam o ensino de História da África no Brasil, 26 estudantes declararam desconhecer o conteúdo do currículo paulista referente à temática, e apenas 2 afirmaram conhecê-lo. Em relação à Lei nº 10.639/2003, 23 estudantes disseram não ter conhecimento sobre sua existência, enquanto 5 estudantes declararam já ter ouvido falar sobre a legislação.

Quanto à leitura de HQs com temática relacionada à História da África, apenas 4 estudantes afirmaram ter tido esse tipo de experiência, e, desses, somente um mencionou especificamente a leitura da obra *Cumbe* (2014), descrevendo-a como uma leitura enriquecedora e capaz de ampliar sua compreensão sobre a condição dos africanos escravizados no período colonial brasileiro. Nenhum dos participantes declarou ter lido a HQ *Angola Janga* (2017), embora ambas as obras façam parte do acervo das salas de leitura das escolas participantes, tendo sido disponibilizadas às redes públicas estaduais em 2019 por meio do PNLD Literário (Programa Nacional do Livro Didático Literário), do ano de 2018.

Com base na análise do questionário aplicado aos estudantes, os resultados qualitativos da pesquisa são notavelmente reveladores. O primeiro ponto de destaque é a percepção amplamente favorável e a receptividade dos alunos em relação ao uso das HQs como ferramenta pedagógica. De forma quase unânime, os estudantes não apenas validam o formato, mas o qualificam como um meio de tornar o aprendizado da História mais dinâmico, divertido e, crucialmente, mais fácil de compreender. Suas respostas indicam que a linguagem visual e narrativa dos quadrinhos tem o potencial de prender a atenção e despertar um interesse genuíno pela matéria, conectando o conteúdo escolar a um material que muitos já consomem em seu cotidiano.

96

Em forte contraste com esse potencial, o segundo ponto qualitativo essencial que a pesquisa expõe é o profundo abismo entre a disponibilidade dos recursos e sua efetiva utilização, somado a uma significativa lacuna no ensino de História da África. Ficou evidente que, apesar de as obras *Cumbe* (2014) e *Angola Janga* (2017) estarem fisicamente presentes nas bibliotecas das escolas, elas permanecem praticamente desconhecidas e não lidas pelos alunos, até a finalização dessa pesquisa no ano de 2022. Este dado, quando cruzado com o desconhecimento massivo dos estudantes sobre a Lei nº 10.639/2003 e a própria carência de aulas sobre a temática africana, revela uma falha sistêmica. A qualidade da pesquisa reside em demonstrar que o desafio não é apenas a falta de material, mas a ausência de práticas pedagógicas que integrem esses recursos potentes e acessíveis ao currículo, deixando um valioso acervo sem cumprir sua função educacional e antirracista.

4. Análise dos livros didáticos: a África e a escravidão no Brasil

Para a análise histórico-didática, foram selecionados materiais do programa *Currículo em Ação*, atualmente em uso no Ensino Médio da rede pública paulista. Os livros analisados — disponíveis no site da EFAPE (Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos profissionais da Educação do Estado de São Paulo) — abrangem os componentes de Ciências Humanas ao longo dos três anos do ciclo. No que diz respeito especificamente ao período colonial brasileiro e à temática da escravidão, foram identificadas atividades destinadas ao segundo ano do Ensino Médio, presentes tanto no *Volume 1* (referente ao primeiro bimestre) quanto no *Volume 2* (referente ao segundo bimestre).

No *Currículo em Ação – Volume 1*, a *Situação de Aprendizagem 1*, intitulada *Desigualdades e vulnerabilidades: desafios e caminhos para uma sociedade democrática*, propõe como objetos de conhecimento os legados do patriarcalismo e da escravidão. Para tanto, o material utiliza múltiplas fontes — escritas e visuais — como subsídio para a análise crítica. Entre os textos selecionados, estão um trecho da obra *O racismo explicado aos meus filhos* (2007), de Nei Lopes; dois excertos de *Racismo no Brasil* (2001), de Lilia Schwarcz; e um fragmento do clássico *Cultura e opulência do Brasil* (1711), de André João Antonil. As fontes iconográficas incluem gravuras de Jean-Baptiste Debret, como *O jantar no Brasil* (1827) e *Um funcionário brasileiro a passeio com sua família* (1839), além de retratos, como *Augusto Gomes Leal e da ama-de-leite Mônica* (1869), de João Ferreira Vilela.

O material didático propõe ainda roteiros de leitura orientados por perguntas analíticas, como: “A que período do Brasil a obra da historiografia brasileira apresentada está fazendo alusão?”, “Que tipo de sociedade está sendo apresentada?”, “Como Antonil retrata o senhor de engenho?”, e “É possível afirmar, a partir da leitura da fonte, que é construído um ideal de patriarca no Brasil?”. Também são discutidas categorias como democracia racial e suas implicações na construção da identidade nacional.

Apesar do mérito na seleção de fontes historiográficas relevantes e na proposição de questões interpretativas pertinentes, o material apresenta limitações na articulação entre conteúdo e forma. As fontes visuais, embora potentes, são subexploradas didaticamente, e a inserção das fontes escritas — muitas vezes densas e originalmente destinadas a leitores acadêmicos — ocorre

de forma excessiva e pouco contextualizada. A ausência de um suporte pedagógico efetivo que qualifique o professor para abordar criticamente os temas da escravidão e da história africana compromete a efetividade da proposta. Assim, constata-se que, embora haja avanços no sentido da inclusão de conteúdos antirracistas, a mediação docente continua sendo um fator decisivo para que tais materiais cumpram, de fato, seu papel formativo.

No que se refere ao uso de fontes visuais, observa-se a necessidade urgente de ampliar o repertório iconográfico presente nos livros didáticos, superando a recorrência de imagens “clássicas” que, ao longo dos anos, tornaram-se onipresentes e, em muitos casos, esvaziadas de potência crítica. Embora essas imagens tradicionais mantenham valor documental, é fundamental diversificar as representações visuais do período colonial brasileiro com obras igualmente relevantes, mas ainda pouco exploradas. As aquarelas de Jean-Baptiste Debret, por exemplo, oferecem um vasto acervo que extrapola as imagens habitualmente selecionadas. Entre essas, destacam-se *Engenho manual que faz caldo de cana* (1822) e *Cirurgião negro colocando ventosas* (1822), ambas pertencentes à coletânea *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* (1834) e ainda ausentes dos livros didáticos mais recentes. Além disso, outras obras visuais que escapam do cânone, como *Chafariz do Lagarto* (1851), de José dos Reis Carvalho, retratam com sensibilidade o cotidiano urbano e os mecanismos de repressão no Brasil escravocrata, contribuindo para a construção de uma memória visual plural e crítica.

O capítulo intitulado *Transformações no mundo do trabalho em diferentes tempos e espaços* propõe como objeto de conhecimento os modos de produção e suas transformações históricas. A proposta pedagógica orienta os estudantes, divididos em grupos, a investigar diferentes sistemas produtivos e elaborar um infográfico com os resultados. Um dos grupos é incumbido de estudar a escravidão nas Américas, a partir de três fontes principais: o *Verbetes da Escravidão* (2012), de Nei Lopes, um excerto da obra *Brasil: uma biografia* (2015), de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, e o vídeo educativo *Como aconteceu a escravidão no Brasil?* disponível no site Toda Matéria.

Na etapa seguinte, os estudantes são convidados a responder a um roteiro de análise contendo questões como: (a) Quais as principais características da escravidão moderna no Brasil?; (b) Em que sentido as características da escravidão moderna se diferenciam da instituída na

Antiguidade?; (c) Quais os impactos da escravidão moderna nas questões raciais contemporâneas? Apesar da tentativa de incorporar tecnologias digitais por meio de conteúdos acessíveis via *QR Code*, a proposta enfrenta obstáculos práticos, como a falta de acesso à internet e de dispositivos adequados nas escolas públicas. Além disso, o uso de termos complexos, como escravidão moderna pode gerar confusões conceituais entre os estudantes, especialmente quando não há mediação docente qualificada para contextualizar as diferenças históricas entre as formas de escravidão.

Na sequência, a *Situação de Aprendizagem 3* trata da ressignificação do trabalho e apresenta textos sobre o trabalho infantil escravizado. Apesar da importância dos temas abordados, a atividade oferece apenas uma imagem (a fotografia *Vendedora* (1864), de Christiano Júnior), reforçando o predomínio de fontes textuais. Essa escassez de recursos visuais contrasta com o perfil dos estudantes atuais, mais receptivos a linguagens multimodais. A ausência de múltiplas camadas de leitura limita o desenvolvimento do pensamento crítico.

Por fim, nota-se que, embora os livros avancem na inclusão de conteúdos sobre a escravidão e a história africana, a abordagem frequentemente reduz essas temáticas à esfera econômica, negligenciando aspectos simbólicos, políticos e culturais da resistência negra. Em ambos os volumes, a figura do sujeito escravizado aparece diluída, sem protagonismo histórico. A superação dessa lacuna depende, sobretudo, da formação crítica dos docentes e da ampliação do repertório de fontes — inclusive visuais — para além do cânone ilustrado.

99

Considerações finais

Desde 2019, as bibliotecas escolares da rede pública estadual paulista contam com exemplares de HQs como *Cumbe* e *Angola Janga*, aprovadas no edital do PNLD Literário de 2018. Essas obras, entre outras disponíveis, oferecem recursos valiosos para a implementação efetiva da Lei 10.639/2003, que determina a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da educação básica. No entanto, os resultados deste estudo apontam para um descompasso profundo entre a disponibilidade desses materiais e sua efetiva apropriação didática. A análise do questionário evidenciou, por um lado, a enorme receptividade dos estudantes às HQs como recurso de ensino e, por outro, uma alarmante carência de vivência escolar em torno da História da África e um desconhecimento generalizado da legislação pertinente.

Superar essa lacuna exige que as políticas públicas avancem para além da mera distribuição de materiais. É essencial transformar o potencial latente desses recursos em práticas pedagógicas consistentes e críticas. Para tanto, alguns caminhos práticos podem ser propostos para a inserção qualificada das HQs nas escolas. Em primeiro lugar, focar numa formação docente continuada e específica, pois entendemos ser fundamental a criação de programas de formação continuada para professores de História, focados não apenas no conteúdo historiográfico, mas na própria linguagem dos quadrinhos, capacitando os educadores a realizar uma avaliação crítica do material. Em seguida, o foco em desenvolvimento de projetos interdisciplinares, visto que as HQs são catalisadoras para a interdisciplinaridade. Assim, a escola deve fomentar projetos que conectem o ensino de História com as áreas de Artes (para a análise da composição visual, do traço e da cor), Língua Portuguesa (para o estudo da narrativa, dos personagens e da relação texto-imagem) e Sociologia (para a discussão sobre racismo estrutural e representatividade).

Por fim, a sugestão é a elaboração de materiais de apoio pedagógico, tais como guias e cadernos de atividades que acompanhem as HQs distribuídas pelo PNLD. Esses materiais de apoio podem oferecer contextos históricos adicionais, roteiros de discussão, sugestões de debates, atividades de análise comparativa com outras fontes (documentais, iconográficas, etc.) e orientações para a avaliação crítica das obras, ajudando a mediar a leitura e a aprofundar a compreensão dos estudantes.

Em suma, as HQs oferecem uma oportunidade singular de aproximar os estudantes dos processos históricos por meio de uma linguagem acessível, crítica e envolvente. Contudo, reconhecer e utilizar esse potencial exige ações estruturadas e intencionais que articulem política pública, formação docente e inovação pedagógica. Somente assim o ensino de História da África deixará de ser uma diretriz formal para se tornar uma prática efetivamente plural, antirracista e transformadora.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

BARROS, José D'Assunção. HQ-História: as relações da HQ como agente histórico, meio de representação da História e objeto histórico. *Revista Antíteses*, Londrina. v. 16, n. 31, p. 397-427, jan-jun. 2023.

CALLARI, Victor; GENTIL, Karoline Kunieda. As pesquisas sobre quadrinhos nas universidades brasileiras: uma análise estatística do panorama geral e entre historiadores. *Revista história, histórias*. Brasília, vol 4, n. 7, 2016.

D'SALETE, Marcelo. **Cumbe**. São Paulo: Veneta, 2014.

D'SALETE, Marcelo. **Angola Janga**: uma história de Palmares. São Paulo: Veneta, 2017.

FREITAS, Décio. **Palmares**: histórias, símbolos e memória social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras**: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-109.

GONÇALO, Junior. **A guerra dos gibis**: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HAMZE, Amélia. **História em quadrinhos e os Parâmetros Curriculares Nacionais**. São Paulo. 2008. Disponível em: <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/historia-quadrinhos.htm>> Acesso em: 25 mar 2021.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África**: metodologia e pré-história da África. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.

LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. São Paulo: Forense Universitária, 1988.

LOPES, Nei. **Novo dicionário banto do Brasil**. Pallas, 2006.

MARCELO D'SALETE. dsalete, 2022. **Biografia**. Disponível em: <<https://www.dsalete.art.br/bio.html>>. Acesso em: 10 de mar. de 2022.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

RIBEIRO, Marcus Venicio. Não basta ensinar história. **Revista Nossa História**, ano 1, n. 6, p. 76-78, abr. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz & GOMES, Flávio. **Dicionário de escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2001.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África** – A temática Africana em Sala de Aula. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2006.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Histórias em quadrinhos e serviços de informação: um relacionamento em fase de definição**. Data Grama Zero, v.6, n.2, 2005. Disponível em: < <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5643> >. Acesso em: 25 mar 2021.

MATERIAIS DIDÁTICOS

Currículo em Ação: Segunda Série, Ensino Médio, Volume 1, 1º Bimestre. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/01/Impress%C3%A3o_2a-Serie-EM-Aluno-MIOLO_P4.pdf

Currículo em Ação: Segunda Série, Ensino Médio, Volume 2, 2º Bimestre. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/04/2aSerie-2oBim-EM-Aluno-site_12-04.pdf

Artigos Livres

Recebido em: 05 mai. 2025.

Aprovado em: 14 ago. 2025.